



Conselho Nacional

ACTA N.º02/2012

Aos 05 dias de Junho de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Estatística, pelas 15H00, realizou-se uma reunião do Conselho Nacional, presidida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. Hermenegildo Cachimbombo, com a presença dos seguintes membros::

- Dr. Jayr Fernandes;
- Dr.ª Clotilde Pinto;
- Dr. Evaristo Solano;
- Dr. Luís Paulo Monteiro;
- Dr. Jacinto Pedro Ucuahamba;
- Dr. Luís Paulo Monteiro;
- Dr.ª Djamilia Pinto de Andrade;
- Dr.ª Henriqueteta Silva;

Ausências:

- Dr. António Penelas.

E ainda com a presença dos presidentes dos Conselhos Provinciais (CP) de Luanda e Benguela, bem como os Delegados da Ordem nas províncias da Huíla, Huambo e Cabinda, designadamente:

- Dr.ª Mariza Sequeira - CP Luanda;
- Dr. Rufino Narciso - CP Benguela;
- Dr. Albino Sinjecumbi - Delegado Huambo;
- Dr.ª Idalinda Rodrigues - Delegado Huíla;
- Dr. Arão Bula Tempo - Delegado Cabinda.

Além dos membros acima referenciados, a reunião contou também com a presença do Dr. António Joaquim, na qualidade de Assessor do Sr. Bastonário, e ainda do Dr.ª Zulmira Pinto, na qualidade de Secretária Geral da Ordem, e teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1- Eleição do (a) Vice Presidente, Secretario (a) e Tesoureiro(a) e análise e aprovação do Regulamento do Conselho Nacional;
- 2- Constituição das Comissões Permanentes e Eventuais e nomeação dos Responsáveis e Aprovação dos respectivos planos de actividades para o 2.º Semestre de 2012;



Conselho Nacional

- 3- Criação das Secções Disciplinares;
- 4- Dinamização dos processos de Eleição dos Conselhos Provinciais de Cabinda, Huíla e Huambo;
- 5- Análise da cooperação com a Ordem de Advogados de Moçambique e indicação de Conselheiros para a SADC Lawyer Association;
- 6- Informações.

Submetida a aprovação da proposta da ordem de trabalhos aos membros, há a registar a deslocação do ponto 6. para T, tendo este passado para 2 e assim sucessivamente, e foram ainda adicionados os pontos 7 e 8, sob as denominações Mudança do Cartão de Identidade do Advogado e Diversos, respectivamente.

Aprovada a ordem de trabalhos com as alterações constantes no parágrafo anterior e discutidos os pontos nela inseridos, passou-se logo à discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos, havendo a registar as informações e deliberações seguintes:

1. Neste ponto, o Bastonário tratou de essencialmente de pôr os membros ao corrente da situação real e objectiva da Ordem dos Advogados, na sequência da passagem de pastas por parte do Bastonário cessante, Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, e ainda pelo que constatou em face dos documentos que lhe foram fornecidos.

Assim, na perspectiva contabilística, financeira e administrativa, os membros tomaram conhecimento que neste momento não há contabilidade referente ao primeiro semestre de 2012, isto é, de Janeiro a Maio do ano corrente não há registo da contabilidade, pelo facto de ter ocorrido uma actualização no software ou programa de gestão informática da contabilidade, o que implica ou comporta um custo equivalente a USD 5.000,00 (cinco Mil Dólares), que a Ordem não pagou, o que inviabiliza a continuidade da prestação dos serviços de contabilidade pela SOF, empresa que tem assinado um contrato com a instituição.

18



Conselho Nacional

Ainda a esse respeito, os membros foram informados da pretensão do Sr. Bastonário de ver esta situação ultrapassada nas próximas duas semanas, assegurando-se, com isso, o retorno à normalidade no tratamento da contabilidade.

Foram também avançados os custos implicados na realização do 2.º Congresso dos Advogados de Língua Portuguesa, que decorreu em Luanda de 24 a 26 de Maio, havendo a registar o pagamento do montante equivalente a USD 204.000,00 (duzentos e quatro mil Dólares), dinheiro proveniente essencialmente dos patrocínios solicitados, e um passivo equivalente a USD 95.000,00 (noventa e cinco mil Dólares). Ainda em relação ao sobredito Congresso, há assinalar que a Ordem precisou, a título de adiantamento, de pagar um montante equivalente a USD 20.000,00 (vinte mil Dólares).

Não obstante o quadro acima traçado, o Bastonário tratou de desdramatizar a situação, porquanto, estão em curso junto de instituições públicas, designadamente os Ministérios da Justiça e das Finanças, procedimentos para o pagamento de um patrocínio institucional, mais especificamente da Casa Civil da Presidência da República de um pagamento no montante de Usd 160.000, 00 (cento e sessenta Mil Dólares).

Neste momento, a posição integrada das contas, receitas ou activos financeiros da Instituição estão na ordem de 6.000.000,00 (seis milhões de Kwanzas), ou seja, cerca de Usd 60.000,00 (sessenta mil Dólares).

As despesas fixas mensais da instituição estão avaliadas no montante de equivalente a USD 31.000,00 (trinta um mil Dólares).

No que concerne à situação administrativa, nomeadamente, organização, os presentes foram informados de algumas alterações operadas ao nível da secretaria da instituição: o então Secretário Geral, Dr. Faviano Mafiló, mostrou-se indisponível para continuar a exercer o cargo e, conseqüentemente, foi substituído pela Dra. Zulmira Pinto pertencente ao quadro do pessoal da instituição. Na sequência o Bastonário tratou de implementar algumas medidas e procedimentos para a nova Secretaria que tem o seu posto de trabalho na sala onde estão instalados os serviços de secretaria, diferentemente do que o sucedeu até aqui. Em função disso, a sala que era usada pelo



Conselho Nacional

então Secretário Geral será destinada a instalação de um Gabinete do Vice Presidente da Ordem e também das Comissões Permanentes e Eventuais do Conselho Nacional.

Ainda neste ponto, os presentes foram informados das acções de formação no âmbito da União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), designadamente a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que com o apoio da Agência Brasileira para Cooperação (ABC), afecta ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que permite que 4 (quatro) advogados dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP's) indicados pelas respectivas Ordens, a expensas da organização, beneficiem de estágios em escritórios de advogados do Brasil e frequentem outras acções de formação levadas a cabo pelas Escolas de Advocacia existentes nos diferentes Estados do Brasil. Para este ano a formação, com duração aproximada de 35 (trinta e cinco) dias, está agendada para Outubro e o Bastonário, atento a um critério de rotatividade, decidiu indicar os seguintes advogados:

- Dra Isabel Maria Rodrigues da Costa- Luanda;
- Dr. Ramos Casimiro Pihula- Cabinda;
- Dr. Didier Silveira- Benguela;
- Dr. Marilene Azenaida de Freitas- Huíla.

Finalmente, os membros tomaram conhecimento de que está em fase de finalização por parte do Centro de Documentação e Informação da instituição (CDI) o processo de criação de e-mails institucionais para os membros dos órgãos sociais, que a breve trecho serão ensaiados, os quais serão predominantemente utilizados para os assuntos da Instituição.

2. Neste ponto, sob proposta do Sr. Bastonário, foram eleitos pelo Conselho Nacional para os cargos abaixo indicados, os seguintes membros:

- a) Vice Presidente da Ordem – Dra. Henriqueta Silva;
- b) Secretario do Conselho Nacional- Dra. Djamila Pinto de Andrade;
- c) Tesoureiro do Conselho Nacional- Dr. Evaristo Solano.



Conselho Nacional

No tocante ao projecto de Regulamento Interno do Conselho Nacional, após a sua análise, os membros propuseram algumas alterações, e deliberaram a sua aprovação.

3. Foram criadas ou constituídas, ao abrigo do artigo 33.º da al. j) dos Estatutos da Ordem dos Advogados (E.O.A) 4 (quatro) Comissões Permanentes e 2 (duas) Eventuais e indicados os respectivos coordenadores.

- Comissões Permanentes :

- a) Comissão dos Direitos Humanos e Conexos- Coordenadora Dra. Henriqueta Silva;
- b) Comissão para Questões Judiciais, das Garantias dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados e do Combate ao Exercício Ilegal - Coordenador Dr. Luís Paulo Monteiro;
- c) Comissão para Estudos e Elaboração de Diplomas Legais e Regulamentares (CEDLR)- Dr. Vasco Grandão Ramos;
- d) Comissão para Formação e Revisão do Modelo de Estágio (CFRME) - Dr. Jayr Fernandes;

- Comissões Eventuais:

- a) Comissão de Superintendência do processo de Revisão e Introdução de Modelos de Gestão Informática- Dr. António Penelas;
- b) Comissão de Superintendência do processo de Constituição dos Conselhos Provinciais e Inter provinciais da Ordem dos Advogados - Dr. Jacinto Pedro Ucuahamba.

Tendo por base o Plano de Actividades do Conselho Nacional para o presente semestre, o Sr. Bastonário solicitou aos coordenadores ora indicados a agendar já alguns encontros com algumas instituições para a imediata concretização dos aspectos prioritários, havendo a esse respeito a assinalar o seguinte:

- O Dr. Jayr Fernandes, coordenador da CFRME, deve trabalhar no estabelecimento de um agenda de encontros com os Directores ou Decanos de Faculdades de Direito ou ainda Reitores de Universidades



Conselho Nacional

e, ainda, como Director do Instituto de Estudos Judiciários(INEJ) e finalmente agendar um encontro alargado com os advogados, em especial com advogados estagiários .

- A Dra. Henriqueta Silva, coordenadora da CDHC, foi incumbida, no âmbito da observação eleitoral, coordenar com a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) as acções de formação em matéria de educação cívica e pauta deontológica dos advogados, coordenação extensiva aos Presidentes dos CP e Delegados da Ordem.

- O Dr. Paulo Monteiro comprometeu-se de trabalhar numa proposta para a estruturação e estabelecimento de mecanismos internos capazes de atender às solicitações que vierem a ser feitas no âmbito da defesa dos direitos e prerrogativas dos advogados em caso de violação e só depois passar para uma agenda de contactos externos com as instituições que intervêm na administração da justiça.

No tocante aos regulamentos das Comissões ora criadas, foi deliberado que os respectivos coordenadores, tendo por referência o regulamento da CFRME, devem fazer circular, por e-mail, a todos os integrantes do CN para efeitos de avaliação e aprovação na próxima sessão do CN.

4. O Conselho deliberou, nos termos do artigo 77.º dos EOA, criar 3 (três) Secções Disciplinares, denominadas por 1.ª, 2.ª e 3.ª, cuja composição se segue:

1.ª Secção

- Dr. Rufino Narciso;
- Dr. Mariza Sequeira;
- Evaristo Solano.

2.ª Secção

- Dr.ª Idalinda Rodrigues;
- Dr. Evarito Solano;
- Dr. Luís Paulo Monteiro.

3.ª Secção

- Dr. Albino Sinjecumbi;



Conselho Nacional

- Dr.^a Clotilde Pinto;
- Dr.^a Djamila Pinto de Andrade.

5. Em relação à dinamização dos processos de eleição dos conselhos provinciais e inter provincial de Cabinda, Huambo, e Huíla, Namibe e Cunene, respectivamente, o CN solicitou ao Dr. Jacinto Ucuahamba, que apresente uma proposta de calendário, com data de início de execução a 05 de Julho do ano corrente, bem como a preparação de todo expediente conducente à conclusão do processo acima referido. De imediato, e de modo a dar início à preparação dos actos eleitorais nos melhores prazos, deverá ser enviada por correio a lista com todos os requisitos, nomeadamente a lista de toda a documentação necessária bem como um guia para a preparação dos respectivos actos eleitorais.

6. Dentro deste ponto o Sr. Bastonário informou os presentes sobre os termos da abordagem feita pelos representantes da Ordem dos Advogados de Moçambique junto da nossa Ordem, no decorrer do Congresso dos Advogados de Língua Portuguesa. Com efeito, os representantes moçambicanos manifestaram interesse em explorar uma parceria estratégica com Angola, especialmente no campo das organizações multilaterais de que a OAA e a OAM são parte. Neste âmbito, foi dado especial enfoque à presença de ambos os organismos na SADC Lawyer Association, em que ficou de ser estudada a hipótese de actuação concertada com vista a dinamizar e tornar mais visível e de maior influência a presença dos dois únicos países de expressão portuguesa nessa associação.

Foi deliberado que a OAA apresentará à OAM uma proposta de Memorando de Entendimento que, para além do aspecto referido no número anterior, verterá a interesse de cooperação entre as duas ordens noutros domínios como o da formação e o da cooperação institucional. Tendo sido elaborada uma minuta pela Dr.^a Djamila Pinto de Andrade esta comprometeu-se a enviar uma cópia da mesma para todos os presentes, fazendo-se a sua discussão por correio electrónico.

No que concerne à participação institucional da OAA na SADC Lawyer Association, foi proposta pelo Sr. Bastonário e aprovada por todos os presentes a indicação do Sr. Dr. Fumwathu Guilherme (em

48



Conselho Nacional

virtude da sua fluência nas três línguas de trabalho no Congresso) e o Dr. Alexandre Pegado (pelo domínio que tem do dossier) como Conselheiros da OAA junto da SADC Lawyer Association..

7. Passando à questão da mudança do Cartão de Identidade de Advogado foi discutida entre os presentes a necessidade de se alterar o modelo dos Cartões de Identidade dos Advogados e de introduzir neles um prazo de validade, de modo a que os advogados tenham que renovar esse Cartão de Identidade com regularidade.

Foi constatado que a eficácia de uma medida como esta passaria, necessariamente, por uma campanha sensibilização concomitante junto dos demais operadores do sistema de justiça e instituições públicas com as quais os advogados lidam no exercício da sua profissão, sobre a necessidade de exigir a apresentação do Cartão de Identidade enquanto documento que, em cada momento, habilita o Advogado ao exercício de actos próprios da advocacia.

Foi reconhecido pelos presentes que a introdução de um prazo de validade nos Cartões de Identidade de Advogados traria vantagens consideráveis na medida em que permitiria um recadastramento dos Advogados, com a conseqüente actualização do número de advogados no activo e dos seus dados, e ainda facilitar o processo de controlo do pagamento das quotas por parte dos advogados. Paralelamente, a mudança de modelo de Cartão de Identidade para um modelo mais moderno, traria também benefício a nível da segurança na medida em que tornaria muito mais difícil a sua falsificação. Por esta via seria também a ir de encontro às necessidades de organização da OAA no que respeita ao combate à procuradoria ilícita.

Os presentes manifestaram-se genericamente a favor desta proposta mas tendo sido levantadas algumas questões sobre a legitimidade do CN para aprovar este tipo de alteração ao Cartão de Identidade do Advogado, ficou a Dr^a Mariza Sequeira incumbida de estudar mais aprofundadamente a questão e fazer circular por todos os membros do CN o resultado desse estudo no prazo de 48 horas.

Assim sendo, e de modo a evitar o adiamento da aprovação da uma deliberação, que é comprovadamente urgente para a vida da OAA, para a próxima reunião mensal do CN, deliberou-se o seguinte: Aprovar a mudança do modelo de Cartão de Identidade de Advogado e adoptar um prazo de



Conselho Nacional

validade dos cartões de 2 anos sob condição de ratificação no prazo de 72 horas, mediante análise do estudo sobre a regularidade da deliberação.

8. No ponto Diversos foi apresentada pelo Sr. Bastonário a preocupante situação da dívida no valor de Euros 178.561,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos e sessenta e um euros) herdada da anterior gestão da OAA resultante da má execução de um projecto de recursos humanos financiado pela Comissão Europeia e implementado pela Comissão de Direitos Humanos à altura dirigida pelo Sr. Bastonário Inglês Pinto (sendo então Bastonário o Dr. Raúl Araújo) em que a falta de rigor orçamental e de prestação de contas resultou na exigência por parte da Comissão Europeia de devolução da totalidade dos valores desembolsados, que contabilizados os juros, ascende hoje a cerca de Euros 180.000,00 (cento e oitenta mil euros).

A este propósito foi decidido que, não podendo a OAA continuar a ignorar a reivindicação da Comissão Europeia que ameaça recorrer aos mecanismos judiciais para reaver os valores em dívida, o Sr. Bastonário vai reunir-se com os representantes da Comissão Europeia para ouvir o que esta tem a dizer sobre o assunto, e depois esta questão voltará a ser analisada em sede de CN.

Ainda dentro deste ponto, foi suscitada pelo Dr. Jacinto Ucuahamba a questão do imóvel para sede da OAA. Com relação a esta questão foram mais uma vez apresentadas as dificuldades em obter-se um imóvel no centro da cidade de Luanda. Constatadas estas dificuldades foi posta a possibilidade de se conseguir como patrocínio a obtenção de um imóvel para a OAA na zona de Luanda-Sul, nomeadamente no Projecto Nova Vida, devendo todos os contactos possíveis nesse sentido serem efectuados.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H30, tendo sido lavrada a presente acta que vai assinada por todos os presentes.

Luanda, 5 de Junho de 2012

O BASTONÁRIO

LUANDA, 05 DE JUNHO DE 2012

CONSELHO NACIONAL

LISTA DE PRESENÇA:

- 1- EVARISTO SOLANO
- 2- JAYR FERNANDES
- 3- Albino Singuembri
- 4- Rufino Narciso
- 5- Salimda Rodrigues
- 6- Duarte Pinto de Andrade
- 7- Jacinto Pedro Ues Huel
- 8- Araújo Bulag Tempo
- 9- Ophir Pinto
- 10 - Jaime Sequeira
- 11 - Luis Paulo Monteiro
- 12 - Henrique de Sousa Silva